



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 013/2018, DE 12 DE MARÇO DE 2018

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos o presente Projeto de Lei para vossa apreciação e deliberação, que visa a contratação emergencial de 01 bibliotecário para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A contratação temporária de 01 bibliotecário para atender necessidade emergencial justifica-se porque a servidora que atuava na Biblioteca Pública Municipal Antônio Nicolau Orth, exonerou-se do cargo, em fevereiro de 2018.

A Lei Municipal nº 3.323/2009, que criou o cargo de Bibliotecário, especifica os requisitos para o mesmo, que são formação superior em Biblioteconomia e habilitação legal para o exercício da profissão.

Também a Lei Federal nº 4.084/1962 dispõe sobre a profissão de bibliotecário, no art. 1º determina que a profissão é privativa dos bacharéis de BIBLIOTECONOMIA. Além disso, o bacharel deve ter registro no Conselho Regional de Biblioteconomia.

Pela importância da Biblioteca Municipal, pela necessidade de um servidor com formação específica e registro no órgão de classe atuando na mesma, por não haver concurso vigente no município para o cargo, o último expirou em 2013, justificamos a contratação temporária emergencial.

A despesa decorrente, conforme impacto orçamentário-financeiro estimado que acompanha o Projeto de Lei, é absorvível pelo Erário, e não implicará em qualquer prejuízo às metas estabelecidas.

Diante do exposto, rogamos pela aprovação do presente Projeto de Lei.
Atenciosamente,

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.

Ao Senhor
Vereador VICTOR FERNANDO DA SILVA SOUZA
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores
NESTA CIDADE



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 013/ 2018, de 12 de março de 2018.

**“AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE BIBLIOTECÁRIO,
PARA ATENDER NECESSIDADE EMERGENCIAL, DE EXCEPCIONAL
INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, nos termos autorizadores do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e dos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 4.125/2014, objetivando atender necessidade temporária, de excepcional interesse público, fica autorizado a contratar, pelo prazo de até 06 (seis) meses, prorrogável uma única vez por igual ou inferior período:

I – até 01 (um) bibliotecário, com carga horária semanal de 30 horas, regularmente habilitados (com Curso Superior, e Carteira Profissional, ou Certidão do Conselho Regional de Biblioteconomia, de que está no exercício de seus direitos) para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na Biblioteca Pública Municipal Prof. Antônio Nicolau Orth para planejar, organizar, gerenciar serviços, através de técnicas biblioteconômicas, e promover ações visando a formação de leitores; difundir a importância da leitura e os benefícios do uso da informação; preservar e disseminar o conhecimento; analisar os recursos e as necessidades de informação da comunidade em que está inserido; formular e implementar políticas para o desenvolvimento de serviços da biblioteca; promover programas de leitura e eventos culturais; planejar políticas para os serviços de biblioteca, definindo objetivos, prioridades e metas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação; participar do Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educativas; promover treinamento da equipe da biblioteca; orientar o usuário para leitura e pesquisa; processar o acervo, através de técnicas biblioteconômicas; realizar estatísticas dos serviços da biblioteca; oferecer orientação sobre o funcionamento da biblioteca; prestar atendimento aos usuários; executar a política de seleção e aquisição de acervo; efetuar parcerias com organismos relacionados à educação e áreas afins; orientar os usuários na normalização de trabalhos; restaurar o acervo e zelar por sua conservação; realizar outras atividades correlatas com a função.

Art. 2º. O recrutamento da mão de obra a ser contratada nos termos desta Lei, será divulgado pelo Poder Executivo, e a seleção, que prescinde de prévio concurso público, será feita, relativamente aos interessados que preencham os requisitos de escolaridade, mediante aprovação em processo seletivo simplificado, constituído de prova escrita e prova de títulos.

§ 1º. Havendo empate entre os candidatos aprovados, terá preferência o candidato com maior idade.

§ 2º. A aprovação no processo seletivo simplificado não gera direito à contratação.

Art. 3º As contratações formalizar-se-ão mediante CONTRATO ADMINISTRATIVO, observando-se, no mínimo, o seguinte:



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

- I** - jornada laboral diurna, com carga máxima de 6 (seis) horas diárias, e de 30 (trinta) horas semanais;
- II** - faculdade de compensação de horários, mediante acréscimo em um dia e correspondente diminuição em outro, a critério da Administração Municipal, e mediante acordo escrito;
- III** - controle de frequência através de registros diários de início e término do serviço;
- IV** - repouso semanal remunerado, suprimível quanto à respectiva remuneração em caso de falta injustificada em qualquer dia da semana correspondente;
- V** - serviço extraordinário não superior a duas horas diárias, e contraprestado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, desde que justificado e autorizado por escrito pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VI** - férias, estas com acréscimo constitucional de um terço, em parcelas proporcionais ao período laborado, e tendo o respectivo valor determinado pela média remuneratória do pertinente período aquisitivo;
- VII** - gratificação natalina, que corresponderá a um doze avos da remuneração devida ao servidor no mês de dezembro;
- VIII** - contribuição para a previdência social, tanto do Município como do contratado;
- IX** - utilização exclusiva do contratado na respectiva área de atuação;
- X** - rescisão justificada do contrato no descumprimento, pelo contratado, de qualquer dos deveres e/ou obrigações assumidas, ou, na prática de qualquer das infrações previstas para o funcionalismo municipal no respectivo estatuto (Lei Municipal nº 4.125/2014), ou na Consolidação das Leis do Trabalho;
- XI** - punições disciplinares, ou de advertência escrita, ou de suspensão, esta com prejuízo remuneratório, e por no máximo 10 (dez) dias, sempre observada a gravidade da infração, ou a reincidência específica;
- XII** - licença maternidade com a duração de 120 (cento e vinte) dias;
- XIII** - licença paternidade, nos termos fixados na legislação federal;
- XIV** - auxílio alimentação, conforme creditado aos servidores municipais, nos termos da legislação municipal pertinente;
- XV** - licença para afastamento do serviço, sem prejuízo remuneratório por até 15 (quinze) dias em casos de doença ou acidente do trabalho impeditivos do exercício da função, e, ainda, igualmente sem prejuízo remuneratório, licenças:
 - a)** por um dia a cada ano, para a prestação de exame vestibular;
 - b)** por três dias, quando do falecimento de cônjuge, companheiro(a), genitores, e filhos e/ou irmãos;
 - c)** por três dias, para contrair casamento;
 - d)** por um dia, para doar sangue;
 - e)** por um dia a cada ano, para alistar-se como eleitor, ou para prestar depoimento em juízo;
 - f)** por dez dias, em caso de aborto não criminoso;
 - g)** pelo prazo estabelecido na legislação federal, em caso de adoção.
- XVI** - vale transporte.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

§ 1º. A contraprestação pecuniária estabelecida para os contratados será revista na mesma oportunidade, e pelos mesmos índices de correção aplicados ao funcionalismo público municipal.

§ 2º. Para obtenção das licenças previstas no inciso XVI deste art. 3º, e respectivas alíneas, deverá haver comprovação documental, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da ocorrência que a motivar, sob pena de não mais ser aceita, e a falta ser considerada injustificada.

Art. 4º. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenização de qualquer espécie, quando findo o prazo contratual.

Parágrafo único. A rescisão contratual antecipada e injustificada, por qualquer das partes dependerá, apenas, de aviso premonitório expresso e escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, transformável em prejuízo pecuniário, caso não haja interesse de qualquer das partes no respectivo cumprimento, pois não será devida qualquer indenização pela ruptura antecipada do contrato.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, constando do respectivo Anexo I, o impacto orçamentário-financeiro decorrente.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data da respectiva publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 12 de março de 2018.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.



Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil

PROJETO DE LEI Nº 013/2018, de 12 de março de 2018.

ANEXO I.

A - IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO.

FUNÇÃO	NÚMERO POSSÍVEL DE CONTRATAÇÕES	VENCIMENTO MENSAL DO TITULAR DO CARGO ESTATUTÁRIO CORRESPONDENTE, EM INÍCIO DE CARREIRA (*)	ENCARGOS SOCIAIS MENSAIS (40%)	TOTAL MENSAL DA DESPESA INDIVIDUAL	TOTAL DA DESPESA MENSAL, RELATIVAMENTE AO TODOS OS POSSÍVEIS CONTRATADOS	TOTAL DA DESPESA ANUAL, CONSIDERADOS AINDA GRATIFICAÇÃO NATALINA, E FÉRIAS COM O TERÇO CONSTITUCIONAL (= 13,33 VENCIMENTOS)
Bibliotecário	01	R\$ 3.566,82	R\$ 1.426,72	R\$ 4.993,54	R\$ 4.993,54	R\$ 66.563,88

Considerando o estabelecido na tabela acima destacada, verificamos que se concretizada a contratação temporária pretendida, tal implicará em dez meses de despesa no Exercício de 2018, o que representa R\$ 51.583,26, caso o referido contrato seja prorrogado conforme previsto no Projeto de Lei.

Relativamente ao Exercício de 2019, teremos somente dois meses contratuais, visto que o município está autorizado a contratar, pelo prazo de até 06 (seis) meses, prorrogável uma única vez por igual ou inferior período, neste caso já projetando a despesa pela prorrogação do período máximo possível que é de seis meses. Neste caso os valores não ficarão superiores a R\$ 12.798,43, ainda que ocorrido reajuste de vencimentos na ordem de 10%, contratada a totalidade de pessoa prevista.

E, que no que concerne ao Exercício de 2020, não haverá qualquer despesa relativamente ao contido no Projeto de Lei em pauta, pois, ainda que prorrogados todos os contratos firmados, dentro de 180 dias contados da edição da Lei ora proposta, por mais meses, atingirão o respectivo termo ao início de 2019.

Sabemos que cabe a este órgão o exame do Projeto de Lei quanto à sua compatibilização e adequação com as leis orçamentárias relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação do projeto de lei em pauta, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF.

Pelo que dispõe o mencionado § 1º do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. Por sua vez, o § 2º do mesmo dispositivo determina que tal ato deve ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

No que concerne à adequação do Projeto de Lei à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, é importante ressaltar que, tratando-se de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, e, especialmente, as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro deste dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2018 contempla o demonstrativo da margem de expansão das despesas de caráter continuado, e nos dá conta de que há margem líquida de expansão suficiente para absorver o impacto orçamentário-financeiro decorrente da contratação emergencial e temporária objeto do Projeto de Lei em apreciação.

Haverá também, na Lei Orçamentária para 2018, dotação suficiente para atender a projeção desta despesa de pessoal e dos encargos dela decorrentes, a ser satisfeita, em até 100% do seu valor global, com recursos municipais, e a gerar retenção de imposto de renda incidente, em favor do Cofre Municipal, face o disposto no art. 158 da Constituição Federal.

Nestes moldes, podemos afirmar que o Projeto de Lei em questão se mostra compatível e adequado com o art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 101/2000, e com a Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento – LO, para o Exercício de 2018, único dentro do qual se dará a despesa em tela.

E, notadamente, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstos de sorte que orçamentária e financeiramente adequado, não oportunizando o extrapolamento do limite geral de despesas com pessoal.

Campo Bom, 12 de março de 2018.

FERNANDO EDUARDO TROTT,
Secretário Municipal de Finanças.



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

PROJETO DE LEI Nº 013/2018, de 12 de maio de 2018.

ANEXO I.

B - DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO- FINANCEIRA.

Na qualidade de ordenador da despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes do art. 169 § 1º, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101/2000, e da legislação orçamentária municipal para os Exercícios de 2018, que a contratação temporária objeto do Projeto de Lei em pauta, assim como o aumento da despesa de tal medida decorrente - conforme impacto orçamentário financeiro que se constitui no respectivo Anexo I - A, têm adequação orçamentário-financeira, e compatibilidade com o Plano Plurianual, e não levam ao extrapolamento do limite legal de comprometimento relativo as despesas com pessoal, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Campo Bom, 12 de março de 2018.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,
Prefeito Municipal.